

Análise crítica da Proposta de sustentabilidade para a UNESP Parte III – Reforma Acadêmica

Outubro 2018

Contribuições da Adunesp para a discussão da Reforma Acadêmica

O documento “Proposta de sustentabilidade para a UNESP – Parte III – Reforma Acadêmica – inicia-se com um panorama geral do ensino de graduação e pós-graduação na universidade, mapeando cursos e vagas oferecidos atualmente, e pontuando, acertadamente, a expansão de vagas ocorrida nos últimos anos sem a devida contrapartida de aumento do financiamento público. São apresentados dados referentes à relação candidato-vaga no exame vestibular, preenchimento de vagas e evasão nos cursos de graduação, estimando-se um total de 10 mil profissionais formados anualmente pela universidade. Constata-se que a UNESP apresenta índice de evasão semelhante ou inferior às co-irmãs paulistas, atingindo 6,9% no ano de 2017, havendo, contudo, grande variação entre cursos e modalidades, com pelo menos 17 cursos alcançando índice de evasão superior a 15%, o que se explica por uma conjunção de fatores internos e externos à universidade (normativas legais, ampliação da oferta de cursos concorrentes, perspectivas do mercado de trabalho, etc.). Vale destacar que os índices de evasão mostram-se muito inferiores àqueles dos cursos à distância ofertados pela UNIVESP, que segundo sua presidente, Maria Alice Carraturi, entrevistada pelo jornal Folha de São Paulo em 14 de agosto de 2017, “o abandono de cursos chegava a quase 50%”¹.

O texto da proposta de Reforma Acadêmica assume como fato consumado a não-reposição de trabalhadores docentes e servidores técnico-administrativos no curto prazo, o que justificaria o esforço de adoção de “iniciativas transformadoras mais profundas que possibilitem manter e melhorar a qualidade da formação” (p.7).

O diagnóstico apresentado levanta problemáticas que efetivamente necessitam ser enfrentadas e superadas na universidade. As causas identificadas e as soluções propostas para tais problemáticas, contudo, devem ser ponderadas e reavaliadas. Procuraremos, nessa ocasião, externar preocupações, levantar questionamentos e apresentar divergências em relação ao que se propõe nessa Reforma, argumentando que o que se vislumbra aqui como solução não se mostrará efetivo naquilo que de fato necessita ser modificado e ao mesmo tempo conduzirá à perda daquilo que de melhor a UNESP conquistou em sua história. Em suma, a pretendida liofilização dos currículos da universidade e demais medidas aventadas não gerarão o resultado esperado de “sustentabilidade” da universidade.

1) Iniciamos com um questionamento da ordem dos fundamentos da Reforma atinente à visão de sociedade e à relação universidade-sociedade. A necessidade das “mudanças profundas” que se pretende implementar é justificada como estratégia de adequação da universidade às demandas da sociedade, que estaria “em constante transformação” (p.15), e à “complexidade dos problemas do século XXI” (p.13). Cabe perguntar o que se compreende por “demandas atuais da sociedade” (p.4, p.14). Analisando-se os argumentos e proposições veiculados pelo documento, pode-se identificar aquilo que se denomina, nas ciências humanas e sociais, de uma visão unitarista de sociedade². A visão unitarista assume, implicitamente, que vivemos em uma sociedade homogênea, baseada na mútua cooperação de atores sociais em busca do bem-comum, ou seja, uma sociedade sem divisões, conflitos ou contradições. Nessa visão, toma-se por suposta a existência de demandas e necessidades que seriam comuns para o conjunto da população. Essa visão oculta o pluralismo social e deixa de considerar a existência de interesses divergentes, contribuindo para invisibilizar as necessidades de grupos sociais menos favorecidos. Fortalecer a iniciativa privada nos serviços de saúde, por exemplo, atende interesses de um determinado segmento

social ao mesmo tempo em que fragiliza os que não têm condição de acessar o mercado privado. Se queremos nos pautar pelos problemas de uma sociedade contemporânea na periferia do sistema capitalista mundial, quais são as nossas preocupações prioritárias: o aprofundamento da miséria e da concentração de renda? a fragilização da democracia e dos marcos regulatórios legais e a descrença no sistema sócio-político? o genocídio da população negra nas periferias das grandes cidades? a violência contra a mulher? a exploração predatória da natureza? a violência crescente contra os povos indígenas? o papel do Brasil na geopolítica mundial? a intensificação do trabalho terceirizado e a desregulamentação trabalhista, que fragilizam a proteção social ao trabalhador? os índices alarmantes de adoecimento mental e suicídio da população brasileira, em especial entre os jovens? Na página 29, ao se veicular dados referentes à produção científica da UNESP em quadro comparativo entre vinte universidades brasileiras, afirma-se que continuamos entre aquelas instituições com menor participação de co-autoria com empresas, do que se conclui que “há necessidade de aumentar seu impacto e ampliar as parcerias com a sociedade”. Não nos parece casual que iniciativa privada e sociedade sejam, aqui, tomadas como sinônimos. Estaríamos, com a presente Reforma, modificando o *modus operandi* da universidade para que este se alinhe aos interesses e ditames mercadológicos? Lembrando Max Weber, em “Ciência como Vocação”, impõe-se a nós, nesse momento, uma escolha valorativa, ou seja, o esposar de uma ética, o que equivale a optar: a qual “deus” serviremos?³ Como ensina a sabedoria popular, “para cada escolha, uma renúncia”. A que renunciamos com a presente proposta de Reforma? Nossa preocupação é clara: o fortalecimento do poder da iniciativa privada sobre as ações e decisões da universidade pode constituir uma ameaça à autonomia acadêmica, como nos lembra a máxima “quem paga a banda escolhe a música”.

2) Como alternativa para o problema do subfinanciamento da universidade, aposta-se, dentre outras medidas, na obtenção de fundos patrimoniais (*endowments*) a partir de doações fiscais de pessoas físicas e jurídicas, particularmente de egressos da universidade. Considerando-se que não há essa tradição no país e tendo em vista nossos níveis de desemprego e de renda salarial média, é de fato realista apoiar-se nessa perspectiva? Preocupamo-nos perceber que o modelo de universidade pressuposto ou vislumbrado pela presente Reforma é importado de realidades profundamente diversas da nossa. Aqui, portanto, formulamos uma segunda ponderação: quão realistas e adequadas a nosso contexto social, cultural e econômico é a perspectiva que orienta a formulação das propostas apresentadas? Nesse sentido, consideramos que os resultados insatisfatórios que foram alcançados com as ações de internacionalização *at home* devem servir como alerta para a necessidade de um diagnóstico mais realista das possibilidades de implementação do projeto de universidade que orienta a presente reforma, cujo horizonte parece ser basicamente fazer a UNESP subir nos rankings internacionais.

3) A pretendida reforma acadêmica assume a competição como um valor positivo. Não à toa as análises apresentadas em relação ao desempenho da universidade apoiam-se não na avaliação do impacto social das ações da UNESP nos territórios nos quais se faz presente, mas na comparação com o desempenho de outras universidades materializada nos diversos rankings internacionais. A competição entre universidades desdobra-se internamente na competição entre departamentos, entre docentes e entre estudantes, fomentada pela política de editais que coloca as pessoas em situação de disputa e concorrência. Precisamos ter claro que um projeto político-educacional assim pautado nada mais é do que um projeto que se coaduna à racionalidade neoliberal, cuja característica principal é “a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17)⁴. Num contexto de crise do capitalismo neoliberal, cabe a reflexão: que frutos tem gerado a sociedade baseada na competição – em que o outro torna-se um concorrente a ser vencido, ou, no máximo, um sócio – senão o esgarçamento dos laços sociais e o aprofundamento do sofrimento psíquico e existencial?

4) O quarto ponto que levantamos refere-se aos fundamentos pedagógicos da Reforma. O caminho para as almejadas “transformações profundas” indicadas pelo documento orienta-se por princípios e palavras-chave (ou “chavões”) já bastante conhecidos por habitarem o discurso pedagógico hege-

mônico na contemporaneidade, de cunho pragmatista: inovação, flexibilidade, redução de carga horária em sala de aula, personalização curricular.

4a) Afirma-se a necessidade de ressignificar o conceito de aula. Todos nós, professores, sabemos que assumir que a sala de aula é necessariamente inibidora da participação ativa dos estudantes é um postulado falso. A aula se define pelo acesso do estudante ao conhecimento científico, artístico e filosófico, mediado pelo método pedagógico em suas variadas formas, provocando desenvolvimento de novas capacidades intelectuais e operativas. Ao secundarizar o papel do professor e do conhecimento teórico, a desejada ressignificação pode conduzir a tal grau de indiferenciação que atividades da esfera cotidiana da vida se equiparariam ao processo de aula. O resultado desse movimento é, no limite, a relativização da importância da própria universidade na formação da pessoa. Como podemos concordar com uma reforma acadêmica que contribui para relativizar a importância da formação que a universidade pode oferecer? A consequência pragmática dessa proposição, que secundariza o papel do docente, ao fim e ao cabo, nos parece ser, unicamente a economia resultante da não contratação de professores.

4b) Apoiado em pesquisa da Fundação Britânica de Inovação da Universidade de Oxford, o documento vislumbra um estudante que venha para a universidade para aprender a “adotar estratégias de aprendizado, desenvolver capacidade para tomar decisões, ter fluência de ideias, aprender de modo ativo e com originalidade, etc.” (p.14). Ocorre que essas capacidades não se desenvolvem na pessoa a partir da experiência pessoal espontânea, ou seja, não se desenvolvem sem que se garanta acesso ao conhecimento científico, teórico por meio de um processo educativo sistemático, metódico, organizado segundo finalidades claras, estratégias de ensino adequadas e considerando um percurso formativo. O uso da expressão “fixidez curricular” (p.13) vem comunicar justamente que a Reforma toma como pressuposto que a definição dos conhecimentos fundamentais para a formação profissional pela universidade e seu corpo docente é negativa. A personalização do currículo preconizada pela Reforma faz justamente a aposta de que o estudante, a partir de seus próprios parâmetros e critérios, será capaz de construir um percurso de formação mais efetivo do que aquele que o corpo docente é capaz de proporcionar. Em outras palavras, isso significa apostar que o estudante será capaz de captar, a partir de sua própria percepção, aquilo que será mais relevante para sua futura inserção no mundo do trabalho e na vida social. Na prática, isso resultará na formação diferenciada dos estudantes, fadada a reproduzir as desigualdades educacionais e sociais oriundas de suas histórias prévias ao ingresso na universidade. Isso poderá fazer com que uma conquista fundamental obtida com a política de inclusão social se desdobre em reprodução das desigualdades internamente.

5) O quinto ponto que levantamos, referente ao projeto de formação do estudante que orienta o modelo de universidade, refere-se ao enquadre analítico que alça o mito do empreendedorismo ao status de solução do problema da empregabilidade e, concomitantemente, horizonte da formação superior na UNESP. A visão de ser humano que parece nortear esse projeto é aquela descrita pelos sociólogos franceses Pierre Dardot e Christian Laval: o indivíduo como empreendedor de si mesmo, em contínua competição e concorrência com outros sujeitos empreendedores. Queremos aqui colocar a seguinte reflexão: a perspectiva de se jogar todas as fichas no empreendedorismo como saída aos problemas estruturais ora enfrentados pode conter altas doses de ilusão. Em 2016, em meio à crise econômica, “quatro em cada dez brasileiros adultos” possuíam ou estavam envolvidos com a criação de uma empresa. Em tal contexto, segundo a Global Entrepreneurship Monitor o país alcançou a maior taxa de empreendedorismo dos últimos 14 anos. O que os dados de pesquisa, revelam, contudo, é que tem crescido principalmente o empreendedorismo por necessidade, e não por oportunidade, ou seja, a pessoa vê-se obrigada a “se virar” em virtude da deterioração de sua situação financeira. Isso significa que o fenômeno do empreendedorismo, que vem sendo difundido como algo positivo, desejável e libertário, na vida de carne e osso tem sido em grande medida uma consequência da crise econômica. O empreendedor, pintado como herói, é muitas vezes uma pessoa em busca de saída de uma situação dramática de vida. Saída essa que, mesmo

no curto prazo, mostra-se pouco efetiva. De acordo com o levantamento feito pelo jornal Folha de São Paulo, apresentado em maio de 2017, “de cada 10 start-ups brasileiras, 6 são histórias de fracasso.”⁵ Segundo o próprio SEBRAE, maior difusor da ideologia do empreendedorismo, cerca de metade das micro-empresas no Brasil fecha as portas em dois anos. O sucesso das iniciativas empreendedoras não é imune às variações do mercado. Exceções de sucesso não devem confundir nossa capacidade de análise realista. Com isso, o que queremos pontuar é que apostar no empreendedorismo como norte da formação universitária é adentrar por um caminho arriscado, cujas maiores consequências recairão sobre o aluno, tornado “empreendedor de si”, lançado a um mercado brutalmente instável e competitivo, mas agora sem o instrumental teórico, técnico e crítico que uma formação superior sólida pode oferecer.

Concluindo nossa intervenção nesse debate, gostaríamos de colocar o que talvez seja nossa maior preocupação: as reformas que se pretende implementar, dentre as quais se inclui a Reforma Acadêmica, alteram os pilares fundamentais que têm sustentado nossa universidade nas últimas décadas. Propõe-se a quebra do modelo de universidade construída diariamente pela dedicação integral de seus docentes; a ampla reestruturação dos currículos visando a redução do número de docentes necessários para garantir o funcionamento dos cursos; a ampla reorganização da atual estrutura de Departamentos; a fusão de Programas de Pós-Graduação de diferentes campi e com diferentes histórias, projetos e peculiaridades; a ampliação da influência da iniciativa privada nas decisões internas. Considerando a velocidade e abrangência das mudanças – que, diga-se de passagem, já estão em curso antes de serem efetivamente pactuadas com a comunidade acadêmica⁶ – projeta-se um cenário de alterações aceleradas e concomitantes em todas as esferas da vida institucional, mexendo com a vida das pessoas e produzindo efeitos em cascata que não podem ser previstos nem controlados. Tal estratégia não pode gerar um grau temerário de desestabilização institucional?

.....

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/08/1909142-univesp-cria-maior-plano-de-expansao-em-meio-a-crise-e-eva-sao-elevada.shtml>

² Fox, A. (1966). Managerial Ideology And Labour Relations. British Journal of Industrial Relations, 4(1-3), pp.366-378.

³ Quais os efeitos da escolha pelo deus-mercado para o atendimento às parcelas mais vulneráveis da população e para a natureza e qualidade da formação superior que ofertamos?

⁴ DARDOT, P., LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/05/1888053-de-cada-10-start-ups-brasileiras-6-sao-historias-de-fracasso.shtml>

⁶ Por meio de editais e medidas diversas da atual gestão, como por exemplo o MOBIU Graduação, o PAAES, os workshops para coordenadores, etc.